ATA DA REUNIÃO AMPLIADA DE DIRETORIA DO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUA – CBH- BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 03 de fevereiro de 2022, às 13h30, deu-se a Reunião Ampliada de Diretoria do CBH-BG por videoconferência com a seguinte pauta: **1) Prestação de contas dos projetos do Comitê.** A reunião teve início às 13h50. Christianne Bernardo da Silva contextualizou a origem da reunião, informando que houve uma reunião com o INEA em janeiro, em que foi sugerida uma prestação de contas sobre o andamento dos projetos do Comitê, devendo as discussões serem levadas aos subcomitês pelos representantes presentes. Eloísa Torres questionou como será feita a substituição de Patrick Souza, sendo respondido por Ana Costa que no dia seguinte seria feita a convocação. Ana realizou a projeção do material, informando que ele estava organizado por macroprograma, não por subcomitê. Ana falou sobre o macroprograma Coleta e Tratamento de Esgoto, que houve uma entrada de R$ 3 milhões em 2018. Ana recordou que a divisão foi feita de forma igual entre os subcomitês, pontuando que havia R$ 1 milhão já contratado e R$ 2 milhões comprometidos. Ana apresentou brevemente as deliberações que ocorreram em cada subcomitê. Sobre Maricá, Ana ressaltou que ainda cabe deliberação, pois o subcomitê não concordou em participar do edital único que estava sendo pensado. Ana informou que em 2020 houve uma entrada de R$ 7.519.727,83 recebidos da CUTE, sendo informado que houve a contratação de R$ 349.707,49, esclarecendo que já houve deliberação sobre todo o recurso nos subcomitês. Ana ressaltou a quantidade de ações que estão sendo demandadas, tornando difícil o acompanhamento por parte da Secretaria Executiva. José Paulo Azevedo questionou se poderia ser contratada uma gerenciadora, como acontece no Comitê Guandu. Ana respondeu que isto tem sido discutido há pouco tempo no CBH-BG, sendo uma atividade interessante quando uma ação de desdobra em várias contratações, como no caso do edital de Educação Ambiental. Christianne perguntou se havia uma planilha informando o andamento de cada Termo de Referência, sendo pontuando por Ana que isto não consta na apresentação, mas que tem esta informação e poderia incluir antes de realizar o envio a todos. Foi apontado que há uma preocupação sobre a questão do saneamento com as novas concessionárias, sendo sugerido por Christianne que seja elaborado um ofício questionando ao MPRJ como deve ser encaminhado este assunto. Eloísa informou que gostaria de um cronograma físico-financeiro sobre os recursos do CBH-BG. Christianne questionou se a elaboração dos Termos de Referência depende de Resende, sendo respondido por Ana que não, que o andamento dos Termos de Referência se dá pelos especialistas, perguntando para Ana se ela tem sugestões para que o andamento aconteça de forma mais rápida. Ana falou que acredita que falta uma priorização de projetos, para que equipe possa trabalhar de forma focada e dar andamento mais rápido a determinadas deliberações. Christianne pediu que os subcomitês levem esta discussão sobre prioridades para que estas sejam definidas e orientem o trabalho da Secretaria Executiva, visando dar andamento às ações. Christianne ainda ressaltou que o dinheiro parado não é bom para ninguém, afirmando que entende as críticas à entidade Delegatária, mas que é preciso

entender que o momento enfrentado foi atípico e o CBH-BG possui muito recurso acumulado, propondo que sejam pensadas soluções em conjunto. Eloísa falou que gostaria de entender como é o relacionamento de outros comitês com suas agências, buscando novas alternativas, encarando a Agevap. Ana falou que o desembolso é um indicador do Contrato de Gestão, sendo que o esforço não se reflete no resultado esperado, não sendo alcançado apesar do trabalho da equipe em se atingir este objetivo. Ana propôs como reflexão a contratação de uma gerenciadora para cuidar dos editais de saneamento alternativo, propor editais para toda a RH-V tendo em vista o recurso disponível e revisar as deliberações a partir das novas concessões. Jorge Muniz recordou que houve a redução de macroprogramas quando houve a elaboração do PAP, considerando que é preciso identificar gargalos para o planejamento deste ano. Passou-se então para a apresentação do Macroprograma Instrumentos de Gestão. Ana falou que o recurso recebido em 2018 teve R$ 2.220.000,00 destinado ao Plano de Recursos Hídricos e R$ 450.000,00 ao SIGA, sendo que ambas as ações já foram executadas. Ana acrescentou que R$ 10.123.974,00, que é o recurso recebido em 2019, 2020 e 2021, está comprometido com ações do IDBG e de Enquadramento que ainda não foram contratadas. Foi sugerido como encaminhamento que estas ações sejam discutidas na CTIG com participação da diretora técnica do CBH-BG. Ana informou que foi recebido em torno de R$ 3 milhões para o Macroprograma Monitoramento, tendo sido este recurso destinado ao Monitoramento Qualiquantitativo do CBH-BG, não havendo deliberações posteriores sobre o recurso de R$ 589.883,13 recebido em 2020 e 2021, estando em discursão a parceria com o INEA sobre projetos de monitoramento. Para o Macroprograma Infraestrutura Verde, Ana trouxe que houve um repasse total de R$ 1.294.123,48, estando em execução os projetos de Manejo de APPs lagoas, UC Trecho Oeste e demarcação da Faixa Marginal de Proteção, havendo a disponibilidade de R$ 464.179,66 para novas deliberações. Em relação ao Macroprograma Comunicação, Ana afirmou que houve a contratação do Plano de Comunicação, então do total repassado de R$ 4.193.716,70, há a disponibilidade de R$ 405.341,94 para deliberação. Ana passou então para a apresentação dos macroprogramas que ainda não tiveram desembolso. Sobre Educação Ambiental, Ana disse que o valor recebido foi de R$ 2.404.493,03, estando em fase de elaboração o TdR sobre os projetos de educação ambiental e o recurso de R$ 246.562,95 disponível para novas deliberações. Ana manifestou sua preocupação com esta contratação, indicando que acredita ser necessária uma gerenciadora considerando a quantidade de projetos que deverão ser acompanhados e a capacidade da Secretaria Executiva, estando o assunto sendo discutido na CTEM. Sobre Apoio à Pesquisa, Ana informou que foi feito o edital, porém sendo alertada uma insegurança jurídica pela assessoria quanto ao repasse dos recursos, que seria feito para a conta do orientador, não sendo permitido pela Resolução nº160 do INEA que editais de chamamento sejam conduzidos desta forma, mas que uma resolução específica está sendo elaborada para solucionar esta questão, sendo sugerida uma carta para questionar à Agevap a previsão desta resolução. Neste Macroprograma foi recebido R$ 1.646.331,54, estando disponível o

valor de R$ 256.562,45 para deliberação. Para o Macroprograma de Resíduos sólidos, drenagem e água, havendo sido repassado o valor de R$ 4.174.826,14, porém não foram discutidos os projetos de forma aprofundada, não havendo assim recurso comprometido ou contratado. Flávia manifestou sua preocupação com a divisão dos recursos entre Macroprogramas e subcomitês, tendo em vista que isto resulta em um recurso muito pequeno que não permite grandes ações, entendendo que o ideal seria que cada subcomitê escolhesse as prioridades que trabalhará a cada ano. Eloísa corroborou com Flávia, dizendo que este recurso pequeno não gera impacto, sendo de bom senso hierarquizar projetos de maior impacto para os recursos hídricos. José Paulo falou que está sendo pensada a operacionalização do PRH. Eloísa pediu que a revisão de Ana incluísse o rendimento dos recursos recebidos. Paulo Cardoso informou que Christianne precisou se retirar da reunião e questionou se alguém gostaria de fazer mais alguma intervenção. Não havendo novas intervenções, Paulo agradeceu pela presença de todos e encerrou a reunião. A reunião foi encerrada às 17h50.

CHRISTIANNE BERNARDO DA SILVA

**Presidente do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá**

**Encaminhamentos:**

1. Mandar ofício ao MPRJ com os projetos de saneamento já deliberados, valores e se neste caso há algum caso específico em que podemos aplicar os recursos e os casos em que isto não pode ser feito.
2. Incluir na apresentação o status de se está no TdR, se está em ACT ou contratação.
3. Os subcomitês devem priorizar a elaboração dos Termos de Referência dos projetos já deliberados e eleger macroprogramas e projetos prioritários para 2022.
4. Pedir ao especialista de comunicação para fazer uma apresentação do que está previsto da contratação do Plano de Comunicação para a próxima reunião.
5. Distinguir na apresentação recursos dos projetos e do programa do macroprograma Educação Ambiental.
6. Fazer carta à Agevap pedindo a previsão de contratação dos projetos de pesquisa e extensão do edital publicado.
7. Resgatar as deliberações de Resíduos Sólidos, Drenagem e Água.
8. Levar para a CTIG o TdR de Diagnóstico para enquadramento, com participação da diretora técnica e presidente.
9. Trazer o retorno sobre as contribuições da Eloísa Torres no projeto de monitoramento do INEA.
10. Realizar as alterações sugeridas na apresentação e enviar a todos.

**Participantes:**

Adauri Souza – Instituto Baía de Guanabara; Adriana Bocaiuva – Associação de Moradores do Alto Gávea; Alexandre Anderson dos Santos – SINDPESCA; Amanda Jevoux – Prefeitura de Niterói; Christianne Bernardo da Silva – 57ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil; Eloísa Torres – Instituto Terrazul; Flávia Lanari – APALMA; Frederico Menezes Coelho – CEDAE; Izidro Arthou – Movimento Pró-Restinga; Jacqueline Guerreiro – OMA-Brasil; Jorge Muniz – CEDAE; José Paulo Azevedo – OMA Brasil; Marcos Basbaum – CRBio; Maria Aparecida Resende – Prefeitura de Magé; Paulo Cardoso – ALAPI; Vera Maria de Rossi Chevalier – Associação Projeto Lagoa de Marapendi - Ecomarapendi. Secretaria Executiva: Ana Castro e Carolina Martins.